

Dilema nosso de cada dia

Sérgio de Sá
Da equipe do Correio

Vamos supor, por princípio, que seja tudo verdade. "Eu cumpri ordem." A servidora pública Regina Célia Peres Borges obedeceu. Não questionou verdadeiramente o pedido indecoroso vindo de um superior hierárquico, o senador José Roberto Arruda. E poucos, na situação dela, teriam dito não. Porque a coragem de dizer "não" teria de ser muito maior do que a coragem de fazer o que foi feito. Teria de ser maior do que a necessidade circunstancial de dizer "sim, senhor".

Ao contrário da manhã seguinte, não havia na noite de 27 de junho do ano passado a possibilidade da abstenção. Era sim ou não, invioláveis. De corpo presente. Correr contra o tempo, executar o pedido de um senador da República. Um senador, convenhamos. O sim determina a cumplicidade. Ao "cometer o ilícito" (para ecoar expressão corrente nos corredores do Congresso Nacional), a servidora pública torna-se parceira de crime.

É o que se ouve na boca do cafezinho, na sala cheia de ouvidos da repartição. A história, não mais apenas de Regina Borges mas de certo "modo de operar", a história começa no apego ao cargo, ao que ele traz de bom. O espaço próprio já conquistado traz vantagens claras, como notoriedade e algum dinheiro. Três palavras também são repetidas com insistência: gosto pelo poder.

E deve ser mesmo saboroso esse tal de poder. Vai ver que é porque ele abre mais facilmente as portas cotidianas da vida burocrática. Pede para fulaninho do RH fazer isso. Fulaninho faz. Manda sicraninho da diretoria tal fazer aquilo. Sicraninho é obrigado a fazer, e faz. Solicita a beltraninho que vá violar o painel... Assim, simples. Mandar e ser obedecido.

PEQUENOS PODERES SOBRA AUTORIDADE: SABE COM QUEM ESTÁ FALANDO?

O caso que está na ordem do dia, por ser extremo, leva a reflexões sobre fatos corriqueiros. Ressuscita lugares-comuns, que, justamente por isso, dizem parte da verdade, assim como os estereótipos. "Ordem é para ser cumprida, não é para ser questionada." Ordem de senador então, nem se fala. "Manda quem pode, obedece quem tem juízo." Até o famigerado "sabe com quem está falando?" ressurge. Do lado oposto, mas bastante difundida, a postura de "ser mais realista que o rei". O que o chefe vai pensar se eu fizer isso? E se não fizer, que diferença vai fazer?

Dê mais ouvido a alguns servidores graduados e logo virá a sensação forte: a partir de determinado momento, é muito difícil negar. Foi, especula-se, o que ocorreu com Regina Borges, até então de conduta reconhecida como irrepreensível. Antônio Carlos Magalhães, vulgo ACM, é homem para quem não se diz não (ainda que a mensagem chegue por telefone sem fio). A partir da banalização de práticas imorais, um crime dos mais hediondos pode ser cometido, uma carreira construída de maneira sólida, jogada no lixo. Fora.

Mas não era para ser assim, não é verdade? O segredo era para ter sido mantido. Sssshhh... Tudo ia tão bem, no silêncio. O caminho havia sido bem traçado. Malandramente, como sempre convém. Mas veio a exposição pública. E esse tipo de espetáculo, só se for na casa alheia.

Por que, afinal, alguém baixa a cabeça? As explicações não variam muito. É normal, por exemplo, funcionários conhecerem apenas metade da história, ou nenhuma parte dela. É comum chefes contarem histórias pela metade. Desse modo, trabalhos são levados adiante sem que se conhe-

ça o propósito, a intenção final. Você faz a sujeira sem saber. E está protegido pela lei. Se a ordem aparenta ser legal e o funcionário que a executa crê nisso, ele pode ser eximido de culpa.

Não foi o caso do painel violado. Regina Borges sabia que aquilo era proibido. Desconhecia, garante, o uso que seria feito daquelas informações (e informação, não custa lembrar, é poder). Entretanto, de propósito, não quis parar os olhos nos nomes dos senadores — e suas escolhas — na sessão secreta que cassou Luiz Estevão. Estranho: não se sentia no direito de olhar. Acabou por obedecer cegamente.

Os cargos de maior relevância supõem menos habilidade técnica do que disposição para uma *performance* teatral. Aceitar certas posições é estar de acordo, seja lá com o que for. Ou seja, estabelecida a relação de confiança, fica difícil perpretar a denúncia. Reverte-se o clichê: quem consente cala. Curioso é que, se houve concordância em participar do esquema, furá-lo significa não ser leal. Lealdade e fidelidade são noções que surgem com força para tentar compreender o que ocorre nesse mundo-cão — sempre com impunidade (outro fantasma plantado na cabeça).

ORDEM E PROGRESSO NINGUÉM SABE, NINGUÉM VIU, E ISSO PODE SER NORMAL

Não pode haver ilusão. Não estamos lidando com espaço de "iguais". A política do segredo tem seus donos e desconhece ideologias. Tem-se a certeza de que o poder está ali e de que ele pode, a qualquer momento, acabar com a sua vida. Arruda pediu em nome de ACM, mas a servidora não foi perguntar a ACM se ele havia feito o pedido. A voz razoável explica: "Não saber quem está por trás é normal. Faz parte do jogo de esconde-esconde."

Há habitual delegação de poderes. Porcarias são feitas em nome de alguém ou por algum motivo. A pátria ou o patrão. O que Regina Borges fez — o que outros podem estar fazendo — não se confunde simplesmente com cumprimento de ordem. Hipótese sempre presente nas conversas é a de que aceitar a chantagem é estar, conseqüentemente, preparado para obter alguma vantagem, certo?



POUCAS SAÍDAS O SERVIDOR ENTRA NUMA FRIA, SEM QUERER

O dilema aflora quando a corda é toda esticada. Um simples pedido do mandante já coloca o subordinado numa enrascada. A situação-limite está criada. O pacto de extrema confiança, selado. E daí vem a sensação de não ter outro caminho.

Personalidade subserviente? Resposta possível: "As pessoas são desinformadas. Não sabem que podem dizer não. O bom nesse caso, e que felizmente está repercutindo dessa forma, é que ele prova ser possível dizer não." Quem disse sim agora está sendo punido. Pode-se, pois, peitar a autoridade que desrespeita a ordem.

Há quem diga que Regina Borges fez a besteira dentro de princípios admiráveis. Foi chantageada, mas não deixou que os mais fracos que ela se dessem mal sozinhos. Se não tivesse se imposto limites éticos, a coisa teria ficado ainda mais feia para os barnabés. Seus superiores agora tiram o corpo fora, "saem da reta das acusações". E o comentário geral é de que não poderia ser diferente. Em termos de expectativas, essa foi plenamente satisfeita.

Não é mesmo fácil ser funcionário graduado no meio do jogo do poder. Por isso, a experiente funcionária deveria ter agido com menos ingenuidade. Outra pergunta-espanto em circulação: Por que ela não se resguardou, se seus oponentes, conhecidos desde o início do jogo, eram tão fortes e poderosos?

A sobrevivência, na relação diária e funcional, pode variar de acordo com a proximidade (intimidade?). "São poucos os que mantêm posições de destaque por deter uma competência que não seja política", aponta o senso comum. Importante é saber jogar o jogo, respeitando regras implícitas. De novo, resumindo: renúncia aos próprios princípios para se manter no cargo. Como, portanto, negar duplamente? A funcionária pública Regina Borges não vislumbrou outro caminho.

Um dos macacos, então, tapa os olhos. Outro, os ouvidos. O terceiro, a boca. A imagem é banal.

E o burburinho continua, pois é delicioso o disse-que-disse. Um informante sussura lucidez: "Não estamos falando dos barnabés (*funcionário público de categoria modesta, ensina o Novo Dicionário Aurélio*). Em geral, esse servidor não sabe de nada. Na verdade, poucos têm acesso à baixaria. E ninguém pega barnabé para fazer coisas confundentes." Da forma como se estabelece a relação com o superior, o funcionário torna-se títere.

Nessa encenação, ninguém é suficientemente bobo para entregar de bandeja as próprias estratégias. Quer dizer, as coisas são feitas sem que se especule muito sobre o que está sendo realizado. Se estivéssemos nos referindo ao texto literário, isso seria a impossibilidade da metalinguagem. O quebra-cabeças não volta ao estado de peças separadas.

O que muito incomoda no caso tornado público é a visibilidade dada a uma "cultura" política. Há, de fato, quem se reconheça vivendo situações similares. "A sensação nos corredores do Senado é de vergonha." A frase expressa o "espírito de corpo", autopreservação. As vergonhas ficaram à mostra. Reis e súditos ficaram um pouco mais nus. Loucura. É transparência demais para um sistema hermeticamente fechado.

Antes da sociedade dita democrática, decisões eram tomadas à revelia, às escuras, por soberanos. O que os nobres senadores fizeram foi "manter" esse velho tempo, como se os feudos ainda estivessem por aí, na esquina entre a W3 Sul e o Largo do Pelourinho. Só não contavam com a verdade vindo à luz

para ter de enfrentar o julgamento público. Não contavam com a astúcia de um procurador e a repentina porém segura paixão de uma servidora pela verdade. Isto é: o lado bailarina da funcionária, para recordar Chico Buarque.

Mas afinal há sempre o recurso da estabilidade no emprego. "Ela existe para que não se fique à mercê do bom humor de um político, para que as pessoas não se tornem alvos fáceis do político de plantão, para que a gente não dependa da ideologia do momento." Para não cair em tentação, amém. A estabilidade abre a chance de poder dizer não, de dever dizer não se necessário for.

Servidores estáveis poderiam se resguardar das ingerências do momento a fim de preservar a si e a instituição. Sim, se tudo fosse racional assim. Mas modelos ideais costumam não tomar em consideração o imponderável. Quando tudo está dentro dos conformes, surge o inusitado, o imprevisível, para estragar a festa. E a vulnerabilidade de relações aparentemente coesas vem à tona. A situação foge do controle. Dá em bode expiatório.

O dia-a-dia se faz na base de pequenos e sutis contratos de trabalho. Só assim torna-se possível conciliar posições éticas inconciliáveis. Como em um casamento. "Você tem de aprender a ceder", não é assim que se diz? O consenso entre as partes é encenado. Ele não existe. Costumeiramente, pensamos de uma forma e agimos de outra, renunciando aos próprios princípios. Ser "coagido psicologicamente", como perguntou a senadora Heloisa Helena? Talvez.